

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 142, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 2.574 de 26 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,

Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica revogado o art. 1º da Lei Municipal 2.786 de 06 de dezembro de 2.007, que inclui a Zona Especial Destinada à Extração Mineral – ZEDEM.

Art. 2º Ficam alterados o inciso X do artigo 3, o inciso III do artigo 15, o artigo 78, inciso VI do art. 94, e os anexos 1, 1.1, 1.1.1, 2, 3.1, 3.3, 3.4, 4, 5.1, 5.2, e anexo 8, figura 21, todos da Lei Municipal nº2.574 de 26 de dezembro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Eldorado do Sul, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
X - promover o desenvolvimento do Município como Polo Industrial e Polo Carbonífero.”

“Art. 15.
III - pela consolidação do município como polo industrial, polo carbonífero e tecnológico.”

“Art. 78. A Zona Rural abrange a área territorial compreendida entre os limites da Zona Urbana e as divisas do Município, onde predominam as atividades de exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial e extração mineral.
Parágrafo único.”

“Art. 94.
VI – Zonas Especiais, caracterizadas pela destinação a usos especiais, proteção ao ambiente natural, cultural, institucional

e social.”

Parágrafo único. Os anexos alterados seguem anexo e faz parte integrante desta Lei.

Art. 3º Ficam incluídos o inciso VII no artigo 18 e artigo 78-A e inciso XXIV no artigo 205, todos na Lei Municipal nº 2.574 de 26 de dezembro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Eldorado do Sul, com a seguinte redação:

“Art. 18.

VII - Estímulo a vocação de Polo Carboquímico.”

“Art. 78-A - As áreas destinadas a extração mineral são porções do território municipal, onde há interesse público em manter e promover o desenvolvimento desta atividade, com este objetivo o Município poderá:

I - Estabelecer programas de parceria com a iniciativa privada para a execução de projetos de recuperação das áreas degradadas.

II - Fomentar e estimular o uso compatível do solo entre as atividades minerais, agrícolas e correlatas

III - As áreas de extração mineral deverão ser registradas no órgão federal regulador e ter anuência por certidão expedida pelo município.

§1º Nas áreas destinadas a extração mineral também são permitidas atividades de pesquisas e educação ambiental, assim como as atividades relacionadas à fabricação de concretos pré-moldados, argamassas prontas e agregados.

§2º Nos empreendimentos de mineração, quando encerradas as suas atividades, deverão ser recuperadas as respectivas áreas, respeitando as normas ambientais Municipais, Estaduais e Federais vigentes.”

“Art. 205.

XXIV – ZAI2 (Zona Ambiental Industrial tipo 2)”

Art. 4º Ficam expressamente revogados o inciso VI do §1º do artigo 6º, inciso VI do artigo 84, artigo 92-A, inciso XXIII do artigo 205, todos da Lei Municipal nº 2.574 de 26 de dezembro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Eldorado do Sul, bem como todos os anexos que

foram criados pelos artigos ora revogados.

Art. 5º Fica excluído o anexo 1.5 da Lei Municipal nº 2.574, de 26 de dezembro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Eldorado do Sul.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 07 de outubro de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

DOMINGOS SÁVIO SALVADOR
Prefeito Municipal em exercício

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 142, de 07 de outubro de 2014, que ***“Altera a Lei Municipal nº 2.574 de 26 de dezembro de 2006, e dá outras providências.”***

O presente Projeto de Lei visa revogar a Lei Municipal nº 2.786 de 06 de dezembro de 2007 e Alterar a Lei Municipal nº 2.574 de 26 de dezembro de 2006, a fim de proceder a desburocratização do processo para a licenciamento da extração mineral no Município, a qual demandava alteração do Plano Diretor a cada requerimento.

É de se ressaltar que conforme o art. 3º da Lei Federal nº 6.567, *“o licenciamento depende da obtenção, pelo interessado, de licença específica, expedida pela autoridade administrativa local, no município de situação jazida, e da efetivação do competente registro no Departamento Nacional da Produção Mineral (D.N.P.;M.), do Ministério das Minas e Energia, mediante requerimento cujo processamento será disciplinado em portaria do Diretor-Geral desse órgão, a ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei”*

Assim, embora seja competência exclusiva da União legislar sobre extração mineral, conforme inciso XII do art. 22 da Constituição Federal de 1988, é o Município quem expedirá a competente licença para exploração mineral, conforme determina a Lei acima referida, razão pela qual imprescindível reger a matéria no âmbito municipal, a fim de que não haja lacunas sobre o tema.

Ainda, também foram verificadas algumas questões no atual cenário, as quais seguem abaixo elencadas, que motivaram as alterações realizadas no Plano Diretor, constantes no presente projeto:

- O grande número de áreas registradas no DNPM(Departamento Nacional de Produção Mineral), e que são desconhecidas pelo município;
- O município pertencer a região carbonífera do estado e, querer fazer uso desta vocação econômica;
- A matéria ter passada por Audiência Pública, bem como tendo sido discutida no Sistema Municipal de Gestão Urbana;
- Parte da área que hoje está como Urbana estar registrada como área de extração no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e, não tinha sido especificado o seu zoneamento, tendo em vista que o objetivo era verificar posteriormente o zoneamento da área e hoje, se verifica a importância da atividade de extração na área;
- A necessidade do município ter controle pelas extrações realizadas em seu território.

Assim, tendo em vista o interesse do Município em ampliar a sua Zona Industrial, bem como possibilitar o desenvolvimento da Indústria Carbonífera, a mesma foi ampliada, contemplando um outro tipo de Indústria no Zoneamento.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

DOMINGOS SÁVIO SALVADOR
Prefeito Municipal em exercício